

REQUERIMENTO Número / ( .ª)

PERGUNTA Número / XIII ( 3 .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto: Desrespeito pelos direitos dos trabalhadores da SERVIRAIL e incumprimento do Acordo de Empresa

Destinatário: Min. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

### Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O PCP tem acompanhado desde há vários anos a situação dos trabalhadores da *Servirail* – empresa concessionária dos bares e restaurantes dos comboios. A realidade laboral e social destes cerca de 150 trabalhadores tem sido marcada pela opção por baixos salários, tentativa de retirada de direitos e incumprimento do Acordo de Empresa.

Os trabalhadores da *Servirail* asseguram um serviço muito importante aos passageiros da CP, pese embora sejam profundamente desvalorizados nos seus direitos.

Da parte da Administração da empresa tem existido, desde há anos, uma indisponibilidade total para negociar com as estruturas representativas dos trabalhadores, nomeadamente com o Sindicato da Hotelaria Turismo Restaurantes e Similares do Sul. Em paralelo, o desrespeito por direitos relativos a horários de trabalho, investimento e garantia das condições de trabalho, valorização salarial tem sido constante. Sobre estas situações de violação de direitos, a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) foi chamada a intervir, sem que até à data se conheçam resultados.

Para além disto, o assédio e a forma como o Administrador se dirige aos trabalhadores é profundamente condenável. Por diversas vezes a utilização de linguagem desrespeitosa e ofensiva para com os trabalhadores é bem reveladora da forma como se comportam neste contexto. O Administrador chegou inclusivamente ao ponto de se dirigir aos trabalhadores, afirmando que, “em caso de incêndio a única coisa que se perdiam eram as fardas”. Estas afirmações são da maior gravidade.

De realçar ainda, o recurso a trabalhadores com vínculo precário para responder a necessidades permanentes, através de contratos ao dia e à semana.

Ao longo destes dias, e perante a intransigência da Administração, os trabalhadores da decidiram prosseguir a greve, a fim de obter uma resposta às suas reivindicações. A empresa chegou mesmo ao ponto de sugerir uma negociação via email, o que representa objetivamente

um profundo desrespeito pelos trabalhadores e suas estruturas representativas.

Pelo exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, por intermédio, do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

esclarecimentos:

1. Que acompanhamento tem feito o Governo a esta empresa, nomeadamente através da Autoridade para as Condições de Trabalho?
2. Quais os resultados das ações inspetivas realizadas na empresa nos últimos 10 anos?
3. Que medidas vai o Governo tomar para assegurar o cumprimento integral dos direitos destes trabalhadores?

Palácio de São Bento, 2 de julho de 2018

Deputado(a)s

RITA RATO(PCP)